

VIOLÊNCIA E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE IDENTIDADE HUMANA A PARTIR DA IGUALDADE-EQUIDADE DE GÊNERO

Violence And Education: A Study On Human Identity From Gender Equality

<http://dx.doi.org/10.21116/2017.5>**PAULINO-PEREIRA, Fernando César**

Universidade Federal de Goiás-Regional Catalão

SANTOS ALVES, Lara Gabriella

Universidade Federal de Goiás- Regional Catalão

JUNIOR, Romildo Neves

Universidade Federal de Goiás- Regional Catalão

SILVA, Hellene Santos

Universidade Federal de Goiás- Regional Catalão

AIRES, Leticia Cândido

Universidade Federal de Goiás-Regional Catalão

Resumo: Este trabalho traz reflexões a cerca dos conceitos de identidade, gênero e violência através da análise dos Diários de Campo de projetos de pesquisa-ação realizados com alunos da rede municipal e estadual da cidade de Catalão-GO, com o objetivo de estudar a relação de identidade e violência de gênero tendo como campo de pesquisa o ambiente escolar; identificando valores e processos de construção da identidade nas circunstâncias e dinâmicas cotidianas dos atores envolvidos. Além de romper com o silenciamento diante da violência oriunda das desigualdades de gênero, e promover uma cultura de não-violência e equidade-igualdade de gênero.

Palavras-chave: Identidade, Educação, Gênero, Violência.

Abstract: This work reflects on the concepts of identity, gender and follow-up of the Field Diaries analysis of action research projects with students from the municipal and state network of the city of Catalão-GO, with the objective of studying Relationship of identity And gender violence that has as a field of research the school environment; Identifying values and processes of identity construction in the circumstances and daily dynamics of the actors involved. In addition to breaking with the silencing of violence arising from gender inequalities, and promoting a culture of non-violence and gender equity.

Key words: Identity, Education, Gender, Violence.

INTRODUÇÃO

O conceito de gênero é uma construção histórica e social, assim as mulheres acabam internalizando características de “ser feminina” de acordo com o que é atribuído socialmente a esse papel. O gênero acaba por assim ajudar a construir também a identidade do sujeito, pois não são propriamente as características sexuais, mas a forma como estas são representadas ou valorizadas na vida cotidiana, o que pensam ou dizem sobre elas que vai construir o feminino e o masculino, em um determinado momento histórico e em uma dada sociedade. A construção da masculinidade implica diretamente na violência contra a mulher, pois se aprende desde muito cedo na cultura ocidental que é pela violência que se faz de um sujeito homem. Ao se pensar sobre a violência doméstica hoje no Brasil é inevitável que não se pense também na exclusão social e nos processos de construção das identidades de gênero. O gênero, assim como a identidade, se constrói em cada ato da vida do sujeito, nas atividades da vida cotidiana.

Diante de questões tão problemáticas na sociedade como violência de gênero e a reprodução das diferenças de gênero no contexto escolar, deu-se a necessidade de observá-la, discuti-las e estudá-las, para uma possível compreensão do fenômeno e, a partir desta, propor mudanças no âmbito escolar tendo em vista que também é nesse ambiente que se constrói ideias negativas e positivas quanto ao tema, pois segundo Ciampa (1987) é no âmbito escolar que a socialização secundária acontece, tendo em vista que a socialização primária ocorre dentro do ambiente familiar.

O movimento pela busca de redução da violência de gênero não pode ser restrito apenas à população feminino-adulta, nem à aplicação de penalidades de restrição de liberdade aos homens-adultos. É necessário que se faça desde cedo trabalho preventivo com crianças e adolescentes, sendo então necessário que tal discussão seja levada às escolas. Apesar de identificada uma cultura de violência, geralmente, por parte dos homens na sociedade brasileira, reconhece-se a necessidade de situá-los além da posição de “agressores”, localizando-os no contexto de uma socialização masculina

baseada na ausência de diálogo, ausência de equidade de gênero e violência. A violência tem profundas raízes culturais, políticas e sociais – com a crença de que a mulher ao se casar passa a ser propriedade do marido, e este pode tratá-la como considerar adequado.

A violência, ao contrário do que se pensa, não é pontual e sim gradual; começa com o controle do homem sobre a mulher, depois segue com a imposição da obediência e submissão da mulher à vontade do marido, chegando à violência física e psicológica.

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de pós-doutorado em Psicologia Social realizada na PUC-SP que através de outros três projetos de pesquisa realizados na cidade de Catalão-GO, devidamente cadastrados na Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão (UFG/RC), teve como objetivo principal estudar a relação identidade e violência de gênero, no campo escolar, identificando valores e processos de identidade nas circunstâncias e dinâmicas cotidianas dos atores envolvidos. Para tanto, foram formados grupos terapêutico-educativos com os alunos nas escolas públicas no município de Catalão-GO, onde se trabalhou conceitos de gênero, identidade de gênero e violência. Também se trabalhou os espaços relacionais que facilitam a interiorização de valores e posturas inerentes à condição cidadã, na promoção de uma cultura de igualdade e equidade de gênero, usando como embasamento teórico a Teoria da Identidade de Antônio da Costa Ciampa, a partir dos estudos sobre igualdade-equidade de gênero.

Foi utilizado neste artigo o método qualitativo, a análise documental e revisão de literatura de inúmeros textos referentes à teoria da identidade e de violência de gênero. O método qualitativo tem o intuito de promover descoberta/conhecimento acerca de temas. De acordo com Ramos; Ramos; Busnello (2005), esse tipo de pesquisa não é demonstrado em números, mas pretende avaliar a relação da realidade com o objeto de estudo, obtendo várias interpretações de uma análise indutiva por parte do pesquisador. A análise documental, também utilizada nesta pesquisa, consiste em identificar, verificar e apreciar os documentos com uma finalidade específica e, nesse caso,

preconiza-se a utilização de uma fonte paralela e simultânea de informação para complementar os dados e permitir a contextualização das informações contidas nos documentos – os documentos analisados no caso foram Diários de Campo, dos projetos de pesquisa desenvolvidos entre 2011 e 2014.

Ela deve extrair um reflexo objetivo da fonte original, permitir a localização, identificação, organização e avaliação das informações contidas no documento, além da contextualização dos fatos em determinados momentos. Algumas vantagens do método de análise documental consistem no baixo custo e na estabilidade das informações por serem “fontes fixas” de dados e pelo fato de ser uma técnica que não altera o ambiente ou os sujeitos (OLIVEIRA, 2007 apud SOUZA; KANTORSKI; LUIS, 2012).

A revisão da literatura também foi parte vital do processo de investigação, pois envolve localizar, analisar, sintetizar e interpretar a investigação prévia (revistas científicas, livros, atas de congressos, resumos, etc.) relacionada com a sua área de estudo. Constitui-se em uma análise bibliográfica detalhada, referente aos trabalhos já publicados sobre o tema. Portanto, é indispensável para definir bem o problema, bem como para obter uma ideia precisa sobre o estado atual os conhecimentos sobre um dado tema, as suas lacunas e a contribuição da investigação para o desenvolvimento do conhecimento científico (BENTO, 2012).

Também foi realizada a análise dos diários de campo de sete alunos que participaram dos projetos inseridos nas escolas estaduais e municipais da cidade de Catalão-GO, como dito acima, no período de 2011 a 2014. As reuniões dos grupos aconteciam uma vez por semana nas dependências da escola e trabalhavam os temas de gênero, identidade de gênero e violência, como já mencionados anteriormente. Inserindo a discussão sobre a imposição de papéis exercidos diferentemente por mulheres e homens para melhor entendimento sobre o assunto- violência doméstica- com o intuito de discutir sobre esta e suas diversas faces e também inserir discussões que desconstruíssem a visão de inferioridade da mulher- e respeito, com alunos do 5º ano do ensino fundamental.

O processo de socialização desses alunos envolvidos na pesquisa é fundamental para a construção da identidade. E a escola é uma das responsáveis no processo de formação desses sujeitos enquanto cidadãos críticos e reflexivos sobre as diferenças de gênero produzidas socialmente e reforçada de diversas formas todos os dias. Portanto, quebrar com o silenciamento e levar a discussão na instituição é contribuir para a desnaturalização e desconstrução das diferenças de gênero, e também da violência contra a mulher, questionando as desigualdades e desconstruindo e reconstruindo identidades, numa promoção a cultura de não violência e equidade de gênero.

REVISÃO DE LITERATURA

O conceito de gênero foi formulado em 1970 com o fortalecimento da luta feminista diante da necessidade de se explicar a construção social do sexo anatômico. Não só a condição biológica é capaz de contribuir para com a característica do indivíduo, mas também a cultura e o meio social em que ele se encontra. Segundo Simone de Beauvoir (1980), “não se nasce mulher, torna-se mulher”, o mesmo pode-se referir aos homens, torna-se homem. Essa ideia de se tornar mulher como aponta Beauvoir, é ratificada através da Teoria da Identidade de Antônio da Costa Ciampa (1987). De acordo com o autor a identidade é um processo de metamorfose contínua, cessando apenas com a morte do sujeito – a morte pode ser biológica ou simbólica. O tipo de morte considerada simbólica se dá a partir do momento em que a pessoa não é capaz de superar os novos e antigos papéis sociais.

Filho (2003, p. 129), explica que o conceito de gênero foi desenvolvido para:

(...) opor-se a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter fundamentalmente social (...) a noção de gênero daria conta de que as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não poderiam ser entendidos separadamente.

Para Joan Scott (1992 apud Filho 2003), gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é o primeiro modo de dar significado às relações de poder. O conceito entorno do que é feminino e masculino foi e ainda é desenvolvido a partir de uma construção sócio histórica, construção esta que, além de diferenciar os gêneros o faz de maneira misógina e desigual, reflexo de uma sociedade fundamentada no aspecto patriarcalista, como referido por Nascimento (2001 apud Lima 2008, p.73-74),

*O debate sobre homens e gênero possibilita “(...) a oportunidade de se perceber os homens na sua pluralidade, com diversas possibilidades de exercício de masculinidade. Desta forma, **homem e masculinidade** se transformam em **homens e masculinidades** para dar conta da diversidade da experiência humana. Assim, a masculinidade não se resume a um modelo hegemônico que se conecta a uma visão tradicional do patriarcado”.*

Diniz et al (2007), refere-se a gênero quanto a uma definição das ciências sociais, que possui o intuito de esclarecer as distinções incorporadas àquilo que é feminino e masculino. As diferenças demonstradas entre os gêneros com o passar do tempo, não foram simplesmente aceitas pela sociedade como um todo, estamos diante de uma imposição que se remete ao masculino como superior aos aspectos ditos femininos. Historicamente nos deparamos com características mais comuns ao feminino e ao masculino que podem não necessitar de uma problematização complexa como a distinção de cores usadas nas vestimentas, por exemplo, contudo deve-se questionar os papéis impostos para homens e mulheres, ou seja, com essa imposição o homem é visto como o provedor e a mulher encarna um papel mais passivo dentro da sociedade, como aquela que depende do homem e tem a obrigação de ser cuidadora do lar.

Sobre essa questão, cabe discutirmos sobre a violência doméstica, assunto que ainda é encarado como um tabu pela sociedade, no entanto, segundo Deeke et al. (2009), “as agressões perpetradas pelo parceiro íntimo são mundialmente reconhecidas como uma das formas mais comuns de

violência contra a mulher” (p. 249). A gravidade apontada diante dessa questão tem elevado o nível de debate tanto em ambientes acadêmicos quanto a cunho popular, alcançando a importância do assunto na esfera pública como nas redes de saúde. A questão da violência tem se tornado um problema para a área da saúde, pois além de afetar o indivíduo, atinge também o coletivo, demandando o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a prevenção e tratamento.

Para discutir e assim compreendermos a violência de gênero, não se pode descartar o modo de socialização masculina e as definições atribuídas ao “ser homem” na nossa sociedade, pois esta exige por parte desses homens que os mesmos reprimam suas emoções e expressem a sua masculinidade de forma agressiva. Agressividade esta que pode ser manifestada não apenas no meio social, mas principalmente no ambiente familiar, onde o homem se vê como superior e comprova seu ideal a partir da violência. (LIMA, 2008)

O discurso feminista tem contribuído para evidenciar a necessidade de problematizar e combater a violência contra as mulheres, tornando esse tema um caso de saúde pública, além de infringir os direitos humanos (LIMA; CLÍMACO, 2008).

A luta feminista vem como forma de apoio e informação para as mulheres, vítimas diretas e indiretas de violência, porém a intenção de propor conhecimento e prevenção não deve ser apenas trabalhada com a vítima, mas havendo a necessidade da inserção do agressor no debate e promoção de reflexão com o mesmo. Como afirma Lima (2008, p.75-79),

Por meio desta inter-relação entre gêneros deste novo olhar para diversos problemas de saúde é possível vislumbrar um cenário onde os homens sejam vistos como parte da solução, e não mais apenas como parte dos problemas. (...) as intervenções com homens autores de violência não são a melhor nem o único caminho para eliminar a violência contra as mulheres. Porém (...) quando integradas com outras ações dirigidas às mulheres, esse pode ser um importante meio para promover a equidade de gênero e diminuir a violência.

Dessa forma,

(...) os indivíduos durante suas vidas, encarnam personagens e desempenham papéis constantemente (...), é preciso considerar que os homens não nascem violentos, mas tornam-se violentos de acordo com os processos de socialização ao qual são submetidos ao longo da vida” (Paulino-Pereira; Ribeiro, 2013 p. 270).

Esses papéis estão relacionados com o que foi posto pela sociedade e continua sendo repassado através do processo de socialização.

O ser humano, ao nascer, necessita ser inserido em um processo de socialização para se tornar membro de uma sociedade. Este passará, portanto, por socialização primária e secundária. A socialização primária ocorre dentro do contexto familiar (...). A socialização secundária leva o sujeito a internalizar as complexidades das relações de produção, fazendo com que este tende a se encaixar em subdivisões do mundo concreto e das representações ideológicas da sociedade. (LANE, 2004, p. 84)

Pode ser visto como errôneo o fato de direcionar a total responsabilidade para o indivíduo quanto ao modo de se envolver com a questão de gênero, levando em conta a desigualdade e demonstração autoritária de um sobre o outro. O indivíduo já nasce dentro de uma sociedade que destaca o gênero masculino como superior contribuindo para com a formação da identidade do sujeito. Para Antônio da Costa Ciampa (1998), a identidade está sempre em movimento, portanto identidade é metamorfose e história. Uma vez que identidade é história, se vê como necessário a sua discussão no campo social e político. Torna-se necessário o estudo da identidade humana, pois segundo Paulino-Pereira; Ribeiro (2006), aquele favorece o conhecimento da construção do sujeito histórico, como também facilita a compreensão acerca de como os homens podem modificar suas ações ao recriar a consciência sobre si mesmo.

Para Paulino-Pereira (2006), podemos compreender a construção da identidade a partir dos diversos momentos que caracterizaram a história da humanidade e das inúmeras transformações que aconteceram, principalmente, no que diz respeito à concepção do mundo e da vida, modificando

cotidianamente a maneira de como se encara o indivíduo e, conseqüentemente, a sua identidade. Os seres humanos constroem uma imagem de si mesmo a partir das representações e experiências advindas das relações sociais: pais, família, amigos, entre outros círculos.

Segundo Ciampa (2005) “o indivíduo é levado a reproduzir uma identidade involuntariamente por força dos processos sociais que tem como padrão em suas vivências cotidianas.” (p. 276). Sendo assim, quando indivíduo não consegue reproduzir uma identidade ele passa a repor os mesmo papeis, entrando na “mesmice de si imposta”, resultando na impossibilidade de reflexão. O contexto de violência é outra forma que impossibilita o processo emancipatório, resultando assim no desvio do caminho da humanização, pois para este teórico o indivíduo é considerado “autor e não marionete de uma produção coletiva” (p. 279).

Segundo Quartiero (2008, p.1), a educação escolar pode ser entendida como sendo:

(...) um dos componentes do dispositivo da sexualidade que agencia os processos de subjetivação e que legitima e constrói performances generificadas, ou seja, a educação escolar é um conjunto de determinadas práticas de fabricação de indivíduos, de discursos de formação, de valorização e representações de formas de subjetivação.

As mudanças nas situações sociais, na história de vida e nas relações sociais determinam um processo contínuo na compreensão de si mesmo. Neste sentido a identidade do indivíduo deixa de ser vista como algo estático e acabado para mostrar-se como um processo contínuo de representações, seja como ação de representar, seja como coisa representada de seu "estar sendo" no mundo.

PESQUISANDO A TEMÁTICA E INTERVINDO NA ESCOLA

Em junho de 2014 foi sancionado o Plano Nacional de Educação (PNE) com o intuito de debater e colocar em prática melhorias na educação no Brasil, tornando-se assim uma exigência constitucional com vigência de 10 anos. A partir do mês de junho foi alertado sobre o prazo de um ano para que os

Estados e Municípios aprovassem determinadas mudanças no âmbito do plano pedagógico das instituições escolares, além da possibilidade de inserir a discussão sobre igualdade de gênero na pauta.

Este tema foi encarado como um assunto polêmico durante o prazo de adequação, isto é, em diferentes Câmaras Municipais, por exemplo, houve a aprovação do plano com veto ao debate sobre gênero nas escolas, o que resultou em duras críticas de movimentos feministas e LGBT aos políticos que defenderam a não inserção da discussão de gênero no PNE, com base em discursos religiosos e conservadores de que o “tema polêmico” poderia afetar a saúde física e mental de crianças e adolescentes (DOMINGOS, 2015).

Em um ano foi possível confirmar, ainda mais, a posição retrógrada, preconceituosa e pouco laica de representantes da política nacional. Uma visão como essa denuncia a ausência quanto à fala sobre gênero e suas possíveis variações, dentro do poder público e espaço escolar, e possivelmente contribuirá para que tal negligência persista.

Segundo Ciampa (2005), a identidade humana é construção, reconstrução e desconstrução constantes, no dia-a-dia do convívio social, na multiplicidade das experiências vividas, a identidade é o que estou-sendo ao mesmo tempo em que é aquilo que me nega naquilo que também sou sem-estar-sendo, na medida em que sempre compareço como representante de mim mesmo (uma personagem) perante os outros. O autor diz ainda que “cada indivíduo encarna as relações sociais, configurando uma identidade pessoal, uma história de vida, um projeto de vida. Uma vida que nem sempre-é-vivida, no emaranhado das relações sociais” (Ciampa, 2005, p. 127).

O que foi defendido no ambiente político, também foi visto nas escolas públicas pelos pesquisadores, o silenciamento sobre o assunto gênero, auxilia na manutenção de posicionamentos sexistas vindos desde a infância, como, por exemplo, a ideia de que a mulher é mais fraca que o homem e/ou ter que se vestir e se maquiar para cumprir o “esperado” do estereótipo feminino, além de questões relacionadas a tarefas do lar conservando a concepção de que somente a esposa cuida da casa e do marido, colocando somente o espaço

privado as mulheres e o público aos homens. Para Ciampa, a identidade é sempre pressuposta, “uma identidade que é repostada a cada momento, sob pena desses objetivos sociais, filho, pais, família etc., deixarem de existir” (2005, p. 163) e que isso introduz uma complexidade ao passo que ao ser repostada a identidade é vista como dada e não como se dando, num contínuo processo de identificação.

É como se uma vez identificado o indivíduo a produção de sua identidade se esgotasse como produto, dando a impressão de que a identidade segue a mesma, quando na verdade ela está num processo de *mesmice*. A *mesmice* decorre da reposição da identidade que pode se dar como consciente busca de estabilidade ou inconsciente compulsão à repetição. Ela é pressuposta como dada permanentemente e não como reposição de uma identidade que um dia foi posta.

Durante os encontros foram realizadas oficinas onde se questionou todo o tempo às questões sobre gênero, violência doméstica e as desigualdades produzidas socialmente. Uma das indagações dos pesquisadores para com os alunos foi sobre os motivos de o homem agredir a mulher. Dentre as variadas respostas, chama a atenção em particular a fala de uma das alunas que afirma que “às vezes a mulher procura”, colocando a mulher no papel de responsável pela violência do marido. Questionada sobre em que situações a mulher “procura” por violência, a aluna diz: “quando trai o marido, ou quando sai de casa quase pelada, com roupas curtas” (Diário de Campo, 2013).

Na distinção social entre os sexos, pressupõe-se que são as características que formam a identidade do feminino e do masculino, sendo assim as mulheres são ensinadas a serem femininas e submissas e os homens são vigiados na manutenção da masculinidade. É possível afirmar que os homens são ensinados a reprimir suas emoções, não demonstrando afetividade e utilizando do poder e da agressão como ferramentas para se autodeterminarem enquanto machos, enquanto as mulheres são educadas

para apresentar fragilidade, submissão, sensibilidade (PAULINO-PEREIRA; RIBEIRO, 2013).

É possível reconhecer na fala dos alunos, aquilo já dito anteriormente, de que os papéis de gênero são construídos, histórico e socialmente reafirmando sempre um modelo de sociedade patriarcal, em que a mulher é subjugada ao homem. Algumas crianças não concordaram com a fala da colega e comentaram que o homem não deve agredir uma mulher, sob nenhuma justificativa.

Destarte podemos ainda ratificar nessa fala de outro aluno “(...) a responsabilidade do homem é sustentar a casa e trabalhar fora, em contrapartida o papel da mulher é cuidar da casa e das crianças” (Diário de Campo, 2013). Por mais que houvesse ideais contrários quanto à questão da agressão física, é possível notar que boa parte das crianças afirma que mulheres e homens possuem papéis e lugares diferentes simplesmente por terem sexos distintos, ou seja, nos leva a pensar que essa situação é vista por eles como algo natural e que não está relacionada com a violência. Homens e mulheres não estão limitados a viver por um fim pré-estabelecido e também não estão libertos das condições sociais, culturais e históricas em que estão inseridos, de modo que o seu vir-a-ser é uma determinação absoluta. Não é possível dizer da identidade de homens e mulheres, sem dizer da identidade social que os cerca, pois as diferentes configurações de identidade estão relacionadas com as diferentes configurações da ordem social (CIAMPA, 2005).

Diante disso, o movimento feminista tenta propor uma desconstrução dessas imposições, apontando que mulheres e homens podem exercer papéis dentro e fora de casa que não sejam limitados pelo sexo biológico, pois é a estrutura social mais ampla que oferece os padrões de identidade. A posição de uma identidade resulta em um processo de medida, aqui homens e mulheres, considerando-se um deles como o padrão que serve para identificar ou distinguir o outro. Assim, as identidades em seu conjunto, refletem a estrutura social, ao mesmo tempo em que reagem sobre ela, conservando-a.

As identidades de gênero são marcadas pela diferença, e sua construção se dá tanto simbolicamente quanto social.

Algumas alunas relataram que presenciavam violência verbal e física dentro de casa, entendiam como uma atitude errônea e, desta forma demonstravam intenção de ajudar no fim do conflito. No entanto por medo não interferiam, pois temiam que também pudessem ser agredidas. Enquanto muitos alunos estavam a caminho da contínua reposição de papéis sociais ou tentando reconstruí-los/desconstruí-los com o auxílio dos pesquisadores, a fala de uma aluna chamou a atenção em um dos Diários:

A Ana Letícia nos contou que o pai sempre batia na mãe (...) hoje nos disse, com um sorriso no rosto, que após estes encontros (com os pesquisadores) ela passou a ajudá-los em situações de brigas domésticas, resultando, desse modo na harmonia de seus pais que 'nunca' mais brigaram (Diário de Campo, 2012).

O indivíduo interage cotidianamente com outros personagens e esses vão se constituindo na dinâmica social, tornando-os também, autores e não somente personagens da própria história. Estes modos de produção caracterizam a identidade como articulação de várias personagens, configurando a igualdade e a diferença, a própria metamorfose. Como autores de nossa história, necessitamos de personagens para representar e nos concretizar através da metamorfose, da relação com os vários papéis que assumimos (CIAMPA, 2001, p. 156 apud SOUZA; PAULINO-PEREIRA; SOARES, 2007).

Dessa forma, a aluna pôde ajudar os pais, em especial o pai, a transformar a sua identidade de “Marido/pai agressor” em um “Marido/pai não agressivo” processo esse que Ciampa (1987/2006, p. 165) chama de emancipação do indivíduo.

O desenvolvimento da identidade resulta da interação das personagens encarnadas pelo indivíduo. Muitas são as personagens que aparecem na vida das pessoas, sendo que a transformação do sujeito advinda deste movimento de morte e vida, em que uma personagem é abandonada e outra surge, é que permite a superação da

identidade pressuposta e a concretização da identidade como metamorfose em busca a emancipação.

Os pesquisadores se depararam com ideais semelhantes entre cada criança, mas descreveram em seus diários as falas que mais lhe chamaram a atenção, desde sofrimentos que não se cessaram até o final das visitas à escola, além de mudanças ocorridas. As falas em questão demonstram o silenciamento que o grupo de alunos havia passado, tanto dentro de casa quanto na escola, sem algum indivíduo que pudesse ouvi-los com relação a fragmentos de suas histórias de vida, que foram desenvolvidas a partir de socialização primária e secundária com fatores perturbadores, estes favorecendo para o fortalecimento de pensamentos e práticas sexistas.

Mesmo com pouca idade, os sujeitos são autores e personagens da própria história. Há uma construção de história de vida no qual o papel exercido pelos demais é significativo para o futuro desses alunos. Parte da identidade de cada um apontada nos diários remonta o que vivenciam em casa e em sala de aula, sendo o bastante para observar a naturalização de questões tão problemáticas e merecedoras de mudanças.

O que mostrou ter acontecido também, é a repressão dos pais e da escola que proíbem as crianças de entrarem em contato e discutirem a respeito da equidade de gênero; dessa forma percebemos que o projeto de pesquisa-ação na escola foi um meio de contribuir para romper com o silenciamento a respeito de gênero e violência, equidade e direitos de homens e mulheres, isto é, contribuir para construção de seres humanos mais reflexivos e emancipados.

Os episódios de violência doméstica além de outros inúmeros fatores também podem estar associados ao consumo de álcool e/ou a outras drogas por parte do agressor (CEPESC, 2009). Uma das alunas conta a sua experiência e chora muito “o álcool é um dos fatores que leva o seu pai a bater em sua mãe, diz ainda que acha muito ruim ver o estado da mãe após a agressão” (Diário de Campo, 2012).

A Ana Laura contou da atrocidade que o seu padrasto cometeu com a sua irmã dela, certo dia quando ela estava esquentando uma sopa e deixou a mesma

queimar. O padrasto então ficou muito nervoso e perguntou a menina se ela não estava sentindo cheiro de queimado, ela disse que não, pois estava gripada e com o nariz ruim. Ele por sua vez jogou a sopa quente no rosto da menina, que ficou com queimaduras originando cicatrizes que perduram até hoje. (Diário de Campo, 2012).

A partir deste triste relato notamos mais um exemplo de naturalização da violência exercida para com uma menina. Uma negativa e possível contribuição do pai para que essa criança cresça com o pensamento de aceitação diante da agressão de um futuro companheiro, por exemplo, ou até mesmo, o aceitar de contínuos atos como esse enquanto ainda reside com pai. Ela exerce o papel de filha e vítima dentro de casa, com poucas chances de ver sua situação emancipada. A desconstrução do que ela vive, levará tempo e precisará ser duradouro; é provável que o projeto de pesquisa-ação com as respectivas intervenções a leve a refletir e amadurecer uma ideia de mudança, a alteração da sua história, com ou sem modificação do pai. Mas a situação de manutenção da mesmice nos leva a pensar se realmente essa criança conseguirá sair dessa situação. Algumas alunas disseram que já apanharam bastante dos pais.

Maria de Lurdes contou que o tio já bateu nela, mas explicou-se dizendo que estava muito nervoso com seu trabalho e pediu desculpas. Nesse momento a Glória disse que o padrinho já 'se mostrou' para ela, 'mas não passou disso (Diário de Campo, 2013).

Como podemos ver, embora tenham sido conquistados avanços positivos na proteção dos direitos de cidadania desde a infância, uma conjugação perversa da superioridade de gênero e geracional (homens mais velhos) manifestada nas atitudes violentas, pais, padrastos, tios, deixa muitas meninas ou jovens subjugadas às vontades de parentes ou de outros homens adultos (CEPESC, 2009, p.74)

(...) uma menina disse que a mãe sempre bateu no pai. As outras meninas acharam engraçada a situação. Algumas disseram que é normal ver brigas de homens e mulheres na rua, na escola, em casa e na televisão. Quando falamos sobre o respeito em casa e entre homens e mulheres, uma menina relatou que o pai bateu

na mãe porque ela não lavou as vasilhas. (Diário de Campo, 2013).

A respeito da fala vista como cômica, a mãe bater no pai, não só em um espaço com a presença de crianças é possível noticiar risos diante de tal situação. Em qualquer lugar, ter ouvido falar ou presenciado o ato, a imagem de um homem apanhando na verdade revela a naturalização da violência contra a mulher. A agressão que esta recebe, por mais que seja vista com lamentação por alguns, pouco se faz para mudar o grande motivo da violência, que envolve o credo da superioridade masculina e seu direito sobre o corpo da mulher. Passou a ser comum e um modo “corretivo” a mulher apanhar, assim, quando o local de vítima é substituído, gera incômodo, a tradição foi “rompida”, fica até “engraçado” o homem se tornar a “mulherzinha” da vez. Sendo assim (CEPESC, p.75, 2009),

Os episódios de violência intrafamiliar envolvendo homens e mulheres revelam conflitos familiares diversos, que obedecem a lógica cultural que institui uma rígida divisão moral entre homens e mulheres no espaço privado, delimitando seus direitos e suas obrigações.

Se um grupo ou indivíduo reapresenta a identidade no presente como idêntica ao que foi ontem, esta identidade adquire um caráter atemporal e fixo (CIAMPA, 2005, p. 163). Porém, os papéis sociais não podem ser tratados como realidade absoluta, pois, considerando-se a identidade como metamorfose, o ser humano é sempre capaz de ultrapassar limites, sendo estes os pontos de partida para desenvolver sua potência e a liberdade de ser si mesmo. A violência moral, psicológica e física, geralmente são realizadas por pessoas que convivem diariamente com as mulheres, esse tipo de violência se tornou uma questão de saúde pública, uma vez que afeta a saúde individual e também coletiva, em que esse tipo de crime exige também políticas públicas e serviços voltados para atenção, cuidado e prevenção e tratamento da violência doméstica (VIGARIO; PAULINO-PEREIRA, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto de que a escola tem o papel de reafirmar ou desconstruir questões que tem origem dentro da família, percebe-se nesse caso que a escola envolvida no projeto, desenvolveu a função não de desconstruir, mas sim de reafirmar o preconceito quanto às questões de gênero e violência para com os alunos, tendo em vista que o discurso dos alunos apontados nos Diários de Campo demonstra um ideal ainda conservador dentro de suas famílias.

Mesmo diante do aumento do debate a respeito da violência de gênero, através dos diversos meios de comunicação e informação como TV, redes sociais, livros e artigos publicados, caberia maior problematização acerca da apresentação do tema atualmente nas escolas já que, infelizmente, notou-se que o mesmo não ocorre no âmbito de algumas dessas instituições públicas, como foi observado nas narrativas dos Diários de Campo realizada há poucos anos.

Quanto à violência de gênero, durante a leitura dos Diários de Campo, percebeu-se que grande parte dos alunos que participaram das oficinas terapêutico-educativas do projeto de pesquisa-ação (2011-2014), reproduziam discursos que revelavam o que foi transmitido na socialização primária, como as frases que denunciavam o ideal machista quanto aos papéis de homem e mulher. Diante do questionamento dos pesquisadores do projeto para com os alunos, estes expuseram o retrato da realidade familiar vivida como o fato de o pai ou padrasto agredir a mãe e ser o responsável pela situação financeira.

As discussões travadas ao longo dos encontros com o grupo de alunos trouxeram sinais de uma transformação sobre a visão das diferenças entre homens e mulheres, colocando a mulher como sujeito equivalente, garantindo assim, a efetivação de seus direitos por meio de iniciativas objetivas e subjetivas que favoreçam o enfrentamento desses jovens a quaisquer formas de opressão.

A metamorfose humana é uma progressiva e infindável concretização histórica do vir-a-ser humano, que se dá sempre como superação das

limitações das condições objetivas existentes em determinadas épocas e sociedades (CIAMPA, 2012) e, também, de condições subjetivas. É desta forma, no enfrentamento e na superação das dificuldades, que os alunos inseridos nos grupos de discussão podem nascer e renascer para a vida. A partir da compreensão do processo de metamorfose enquanto construção das personagens pode-se vislumbrar a questão da emancipação como resultado das mudanças e transformações do eu.

Através da articulação de diferentes dimensões da vida social foi possível compreender junto aos alunos como as diferenças de gênero, ou a subordinação da mulher e a dominação masculina, foram construídas historicamente, incorporando as dimensões subjetivas e simbólicas na construção do sujeito para além da questão biológica ou material.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, A. Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas. **Revista JA** (Associação Acadêmica da Universidade da Madeira), nº 65, ano VII, 2012, Maio (pp. 42-44).

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**, v.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CIAMPA, A.C. Identidade. In: LANE, S.T.M.; CODO, W. (orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CIAMPA, A. C. **A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social**. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 2005.

DEEKE, L.P.; BOING, A.F.; OLIVEIRA, W.F. de; COELHO, E.B.S. A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. **Saúde Sociedade**. São Paulo, v.18, n.2 p.248-258, 2009.

Diários de Campo, 2011/2014.

DOMINGOS, R. **Discussão sobre gênero na Câmara Federal**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/08/camara-aprova-plano-municipal-de-educacao-de-sp-sem-palavra-genero.html>> Acesso em: 25 de agosto de 2015.

Entendendo a polêmica sobre a discussão de gênero nos planos de educação. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/educacao/2015/07/entenda-por-que-e-importante-discutir-igualdade-de-genero-nas-escolas>> Acesso em: 31 de agosto de 2015.

FILHO, A. F. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos pagu** (24), jan. /jun. 2005, p. 127-152.

CEPESC (Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva). **Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais.** Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro SPM, p. 72-79, 2009.

GOMES, N. P.; DINIZ, N. M. F.; ARAÚJO, A. J. S.; COELHO, T. M. F. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. **Acta Paul Enferm** 2007; 20 (4): 504-8.

LANE, S. T. M. et. Al. O processo Grupal, in LANE, S. T. M. (org.) **Psicologia Social: o homem em movimento.** São Paulo: **Editora Brasiliense**, 2004.

LIMA, D.C.; BÜCHELE, F.; CLÍMACO, D. de A. Homens, gênero e violência contra a mulher. **Saúde Sociedade.** São Paulo, v.17, n. 2, p. 69-81, 2008.

MENDES, D. A. M.; PAULINO-PEREIRA, F. C.; SOARES, S. R. A identidade de mulheres após experiência de violência sexual na infância e/ou adolescência. **Interseção**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 31-41, abr. 2008.

MEC - Ministério da Educação e Cultura. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024.** Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/alinhando-os-planos-de-educacao/situacao-dos-planos-de-educacao>> Acesso em 01 de setembro de 2015.

PACHECO, K. M. B; CIAMPA, A. C. O processo de metamorfose na identidade da pessoa com amputação. **ACTA FISIATR**; 13(3): 163-167, 2006.

PAULINO-PEREIRA, F.C. Ampliando a Discussão sobre a Terapia da Identidade e Emacipação Humana. In: “Memória se faz na História”: um estudo da identidade de metodistas militantes sociais orientados pela teologia da libertação. **Tese de Doutorado**, São Paulo, PUC-SP, 2006.

PAULINO-PEREIRA, F. C.; RIBEIRO, L. A. Identidade masculina: um trabalho com homens em situação de violência doméstica. **OPIS**, Catalão, v.13, n.1, p. 265-283, jan. /jun. 2013.

QUARTIEIRO, E.T.; NARDI, H.C. Escola inclusiva e não-sexista? Políticas Públicas e Produção de Subjetividade. In: **Fazendo Gênero 8- Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, 2008. p.1-5.

RAMOS, Paulo; RAMOS, Magda Maria; BUSNELLO, Saul José. **Manual prático de metodologia da pesquisa: artigo, resenha, projeto, TCC, monografia, dissertação e tese**. 2005.

SOUZA, Caroline Cristiane; PAULINO-PEREIRA, Fernando César; SOARES, Sandra Regina. Educação e Resignificação em processos indenitários e o conflito com a lei na adolescência. **Revista Travessias: pesquisas em Educação, Cultura, Linguagem e Arte**, v. 1, p. 13, 2007.

Sobre os autores:

Prof. Dr. Fernando César Paulino Pereira

e-mail: epifania.cps@gmail.com